

4.4.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação		-					
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	178.190,45	294.886,02	77.191,30	196.298,86	203.895,48	171.365,53	
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	100,97	486,28	-	209,49	249,60	164,80	
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	178.291	295.372	77.191	196.508	204.145	171.530	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção	
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	33.811,83	17.725,58	22.195,08	26.302,84	23.756,58	25.936,95	
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	

3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	33.812	17.726	22.195	26.303	23.757	25.937			
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX))	67.545,16	2.384.826,53	84.722,49	631.464,26	1.560.148,29	2.437.218,76			

Município de :PAULO BENTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2020

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)												
ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB	% RCL
			(a /	(a /RCL)			(b /	(B /RCL)			PIB)	(b /RCL)
			x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100
			Item 02.01.02.01 da 9ª Edição do MDF	Item 02.01.02.01 da 9ª Edição do MDF			Item 02.01.02.01 da 9ª Edição do MDF	Item 02.01.02.01 da 9ª Edição do MDF				
Receita Total	14.730.000,00	14.167.548,33	99,75%	99,75%	15.753.194,01	14.592.769,54	99,48%	99,48%	16.557.268,54	14.787.518,01	99,41%	99,41%
Receitas Primárias (I)	14.500.825,75	13.947.124,89	98,20%	98,20%	15.511.715,00	14.369.078,55	97,96%	97,96%	16.303.109,38	14.560.525,06	97,88%	97,88%
Despesa Total	14.190.000,01	13.648.167,75	96,09%	96,09%	14.288.812,45	13.236.258,43	90,23%	90,23%	14.174.923,32	12.659.813,63	85,10%	85,10%
Despesas Primárias (II)	14.039.566,99	13.503.478,88	95,07%	95,07%	14.131.955,21	13.090.955,74	89,24%	89,24%	14.011.483,99	12.513.843,78	84,12%	84,12%
Resultado Primário (I – II)	461.258,75	443.646,01	3,12%	3,12%	1.379.759,79	1.278.122,81	8,71%	8,71%	2.291.625,39	2.046.681,29	13,76%	13,76%
Resultado Nominal	631.464,26	607.352,37	4,28%	4,28%	1.560.148,29	1.445.223,39	9,85%	9,85%	2.437.218,76	2.176.712,67	14,63%	14,63%
Dívida Pública Consolidada	181.896,69	174.951,13	1,23%	1,23%	141.250,83	130.845,90	0,89%	0,89%	183.780,51	164.136,83	1,10%	1,10%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.152.272,89	- 2.070.090,30	-14,57%	-14,57%	- 2.414.354,11	- 2.236.506,01	-15,25%	-15,25%	- 2.507.219,57	- 2.239.231,34	-15,05%	-15,05%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Fonte: Sistema <Nome> Unidade Responsável <Nome>. Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>												

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2016, 2017 e 2018) e os valores restimados para o exercício atual (2019), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas

oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limite de Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,56 %, 2,62 % e 2,58 % e das taxas de inflação (IPCA), de 3,97 %, 383 % e 3,72%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 389/2018 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2020. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2020, 2021 e 2022, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 7,02%, 7,62% e 7,69%, segundo

informações do sítio do Banco Central do Brasil.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2019, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2020, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 14.630.492,29, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras R\$ 129.666,54, das resultantes de Operações de Crédito R\$ 0,00, das Alienações de Investimentos R\$ 0,00 e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos R\$ 0,00, resultam numa Receita Primária de R\$ 14.500.825,75.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 13.826.628,21. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 17.483,89, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 132.949,12, tem-se que as despesas primárias para 2020 foram previstas em R\$ 13.676.195,20. A **tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2020 que foi inicialmente prevista em R\$ 824.630,54 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de :PAULO BENTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2020

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
ESPECIFICAÇÃO									
Receita Total RPPS	-	-	Preenchimento Opcional Cfe 9ª Edição do MDF	-	-	Preenchimento Opcional Cfe 9ª Edição do MDF	0,00	0,00	Preenchimento Opcional Cfe 9ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	-	-		-	-		0,00	0,00	
Despesa Total RPPS	-	-		-	-		0,00	0,00	
Despesas Primárias RPPS (II)	-	-		-	-		0,00	0,00	
Resultado Primário RPPS (I - II)	-	-		-	-		0,00	0,00	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de :PAULO BENTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	14.975.529,87	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 9ª edição do MDF	121,80%	14.975.529,87	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 9ª edição do MDF	121,80%	-	0,00%
Receita Primárias (I)	10.882.273,51		88,51%	14.629.250,50		118,99%	3.746.976,99	34,43%
Despesa Total	12.587.643,57		102,38%	12.729.321,29		103,53%	141.677,72	1,13%
Despesa Primárias (II)	9.376.551,83		76,26%	12.572.977,76		102,26%	3.196.425,93	34,09%
Resultado Primário (I-II)	1.505.721,68		12,25%	2.056.272,74		16,72%	550.551,06	36,56%
Resultado Nominal	1.203.599,12		9,79%			0,00%	- 1.203.599,12	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	278.309,99		2,26%	13.661,81		0,11%	- 264.648,18	-95,09%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.651.516,39		-21,57%	- 2.135.757,71		-17,37%	515.758,68	-19,45%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 2.056.272,74, valor 73,22% superior à meta estabelecida, que era de R\$ 1.505.721,68. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias foi capaz de suportar o total das despesas primárias do exercício.

A dívida consolidada totalizou R\$ 278.309,99, valor 95,10 % inferior ao saldo de R\$ 278.309,99 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2018 R\$ 71.310,87, valor igual que a projeção consignada na Lei do Orçamento.

Município de :PAULO BENTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2020

R\$ 1,00

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação%	2022	Variação %
Receita Total	11.992.610,66	14.975.529,87	24,87%	6.749.932,01	-54,93%	14.730.000,00	118,22%	15.753.194,01	6,95%	16.557.268,54	5,10%
Receitas Primárias (I)	11.871.800,48	10.882.273,51	-8,34%	13.372.083,84	22,88%	14.500.825,75	8,44%	15.511.715,00	6,97%	16.303.109,38	5,10%
Despesa Total	12.058.239,31	12.587.643,57	4,39%	6.040.433,77	-52,01%	14.190.000,01	134,92%	14.288.812,45	0,70%	14.174.923,32	-0,80%
Despesas Primárias (II)	12.042.534,90	9.376.551,83	-22,14%	11.934.152,86	27,28%	14.039.566,99	17,64%	14.131.955,21	0,66%	14.011.483,99	-0,85%
Resultado Primário (I – II)	- 170.734,42	1.505.721,68	-981,91%	1.437.930,98	-4,50%	461.258,75	-67,92%	1.379.759,79	199,13%	2.291.625,39	66,09%
Resultado Nominal	547.850,06	1.203.599,12	119,69%	- 1.062.390,62	-188,27%	631.464,26	-159,44%	1.560.148,29	147,07%	2.437.218,76	56,22%
Dívida Pública Consolidada	303.834,26	278.309,99	-8,40%	228.194,00	-18,01%	181.896,69	-20,29%	141.250,83	-22,35%	183.780,51	30,11%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.366.029,24	- 2.651.516,39	94,10%	- 2.955.031,72	11,45%	- 2.152.272,89	-27,17%	- 2.414.354,11	12,18%	- 2.507.219,57	3,85%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	12.947.488,46	15.585.033,94	20,37%	6.749.932,01	-56,69%	14.167.548,33	109,89%	14.592.769,54	3,00%	14.787.518,01	1,33%
Receitas Primárias (I)	12.817.059,11	11.325.182,04	-11,64%	13.372.083,84	18,07%	13.947.124,89	4,30%	14.369.078,55	3,03%	14.560.525,06	1,33%
Despesa Total	13.018.342,61	13.099.960,66	0,63%	6.040.433,77	-53,89%	13.648.167,75	125,95%	13.236.258,43	-3,02%	12.659.813,63	-4,36%
Despesas Primárias (II)	13.001.387,78	9.758.177,49	-24,95%	11.934.152,86	22,30%	13.503.478,88	13,15%	13.090.955,74	-3,05%	12.513.843,78	-4,41%
Resultado Primário (I – II)	- 184.328,67	1.567.004,55	-950,11%	1.437.930,98	-8,24%	443.646,01	-69,15%	1.278.122,81	188,10%	2.046.681,29	60,13%
Resultado Nominal	591.471,08	1.252.585,60	111,77%	- 1.062.390,62	-184,82%	607.352,37	-157,17%	1.445.223,39	137,95%	2.176.712,67	50,61%
Dívida Pública Consolidada	328.026,21	289.637,21	-11,70%	228.194,00	-21,21%	174.951,13	-23,33%	130.845,90	-25,21%	164.136,83	25,44%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.474.795,47	- 2.759.433,11	87,11%	- 2.955.031,72	7,09%	- 2.070.090,30	-29,95%	- 2.236.506,01	8,04%	- 2.239.231,34	0,12%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.